Trabalhadores da Ebserh e Conab realizam atos no próximo dia 10 de fevereiro

No próximo dia 10 de fevereiro, trabalhadores da Ebserh e Conab, irão realizar atos em todo o Brasil para denunciarem a morosidade do Governo Federal em negociar os Acordos Coletivos de Trabalho (ACT's) das categorias.

Em São Luís, as atividades irão acontecer no Hospital Universitário Presidente Dutra (Centro) e na sede da Conab (Jardim Renascença), a partir 7:30h, onde as categorias demonstrarão à sociedade suas inquietações com os desmandos do Governo Federal, e logo após os atos públicos, será ofertado nas respectivas empresas, um café da

manhã para os trabalhadores e sociedade em geral presentes às atividades.

Ebserh

Os empregados da Ebserh solicitaram a prorrogação de todas as cláusulas vigentes no atual ACT até a assinatura de um novo acordo ou o julgamento do Dissídio Coletivo de Greve que tramita no Tribunal Superior do Trabalho (TST). As entidades cobram ainda a retomada imediata das negociações com a direção da Ebserh. O próximo ACT da categoria vence dia 1º de março.

Conab

No caso da Conab, o Serviço de Assistência à Saúde (SAS) foi retirado unilateralmente do ACT por imposição da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais do Ministério da Economia (SEST/ME), sob o pretexto da Resolução CGEPAR nº 23/2018, a qual teve os seus efeitos suspensos por força do PDL 342/2021.

O SAS pode e precisa voltar ao ACT, juntamente com as tabelas do ACT 2017/2019, para continuar a ser discutido no próprio acordo coletivo, inclusive, se necessário, à incidência mínima de participação mensal dos empregados.







Muito grave a afirmação do Ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Luís Roberto Barroso

Em artigo a ser publicado no próximo dia 10 de fevereiro na revista do Centro Brasileiro de Relações Internacionais (Cebri), Barroso afirma que o real motivo do impeachment presidenta Dilma Roussef em 2016 foi falta de apoio político e não as supostas pedaladas fiscais.

"A justificativa formal foram as denominadas pedaladas fiscais - violação de normas orçamentárias - embora o motivo real tenha sido a perda de sustentação política", disse o magistrado.

O problema é que o regime de governo brasileiro apoiado na Constituição de 1988 é presidencialista e não tem como pressuposto para a continuidade do mandato presidencial a obrigatoriedade de sustentação política e ou maioria no Congresso. Essa é uma necessidade apenas para a aprovação e condução do plano de governo. Portanto, segundo a afirmação de Barroso, o que aconteceu na realidade foi um golpe de Estado e uma violação clara da Constituição.

Movimentos sociais e lideranças políticas de várias matizes ideológicas já vinham denunciando o golpe de Estado há muito tempo e agora testemunham um membro da mais alta corte do país confessar que o STF deixou de cumprir seu papel de guardião da Constituição.

Como ficam agora os milhões de brasileiros desempregados e que foram prejudicados por conta do desastre econômico e politico gerados a partir do golpe contra Dilma Roussef? E os membros do STF que compactuaram com o golpe, o que irá acontecer com eles? Nestes tempos em que há muita pressão contra as Instituições democráticas e suspeição de seus membros, a declaração de Barroso fere gravemente a credibilidade da mais alta corte brasileira.

Texto: Ricardo Milan



"Sindsep Entrevista"

O programa semanal "Sindsep Entrevista", apresenta nesta terça -feira (08/02), o candidato a presidência do Sindsep/MA, João Carlos Martins. Na pauta o "Eleições e desafios para a nova gestão".

O SINDSEP ENTREVISTA vai ao ar todas as terças-feiras às 10 da manhã e transmitido ao vivo pela página do Sindsep/MA no facebook.com/Sindsep.MA.

